

CÔA VISÃO

17

Economia, Ciência e Cultura
Nº17. ANO 2015



Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

ISSN 2165-9344

côA Visão₁₇

Economia,
Ciência e Cultura

CÔAVISÃO 17

COORDENAÇÃO

José Manuel Costa Ribeiro
António N. Sá Coixão

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
Praça do Município
5150-642 Vila Nova de Foz Côa

DESIGN GRÁFICO

Jorge Davide Sampaio (Fundação Coa Parque)

IMPRESSÃO

Côa Gráfica - Artes Gráficas, Lda.
Vila Nova de Foz Côa

DEPÓSITO LEGAL

978-972-872-8763-20-6

ISBN

978-972-8763-23-7

TIRAGEM

750 exemplares

CAPA

Pendente perto da foz da ribeira de Piscos
Fotografia de António Martinho Baptista

DATA DE EDIÇÃO

Maio de 2015

PERIODICIDADE

Anual

Os textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

índice

PREFÁCIO

3

INTRODUÇÃO

5

OS COORDENADORES

ECONOMIA

10

Falhas Institucionais e Científicas
da Crise da Filoxera - 1863-1893

28

El desarrollo de los
ferrocarriles peninsulares
transfronterizos
con la provincia de
salamanca

36

Usos e propriedades
da amêndoa

42

Pensar no presente,
o futuro do Parque
Arqueológico/Museu do Côa
no horizonte 2020

94

As pedreiras romanas
do Salgueiro

100

Arte rupestre do castro
de São Jurge - Ranhados (Mêda)

108

Glossário dos principais elementos
característicos da estação arqueológica
de Castanheiro do Vento
(3º e 2º milénio a.c.)

120

Escavar para quê?
Conhecer os artistas para
compreender a arte do Côa

132

O Plano de Salvaguarda
do Património do
Aproveitamento
Hidroeléctrico
do Baixo Sabor (PSP do AHBS),

CIÊNCIA

52

O Carril Mourisco
O traçado romano de uma
grande rota contemporânea

80

As “estruturas circulares”
em Castanheiro do Vento
(Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa).
Exercícios descritivos e interpretativos
da forma e da organização do espaço

CULTURA

171

Banda musical de Freixo
de Numão – 1865 – 2015
150 ANOS AO SERVIÇO
DA CULTURA

181

Armando Martins Janeira
e o pensamento
colonial

183

Adventino Fachada,
um artista da história local

187

Parque Arqueológico
do Vale do Côa - Portefólio I

245

Criar destruindo:
a arte de Vihils

As pedreiras romanas do Salgueiro

António do Nascimento Sá Coixão*

Resumo

Se para a edificação de edifícios, na época romana, os materiais em granito ou xisto eram em geral extraídos no local ou nas imediações, outros materiais, destinados a ser trabalhados ou esculpidos, eram procurados a nível regional e aí se formavam pedreiras.

É o caso do sítio do Salgueiro, no aro de Freixo de Numão, onde a partir do séc. I d.C. se activou a extracção de um granito de pouca dureza, de cor esbranquiçada ou amarelada, a que se dá o nome de aplito. Ali, a par da pedreira, encontramos vestígios de uma villa romana.

Palavras-chave

Pedreiras romanas; Rochas de aplito.

Introdução

Nos idos do ano 1983, quando um grupo de jovens dinamizava tudo o que se relacionasse com o estudo, defesa e divulgação do Património no aro de Freixo de Numão, um habitante da nossa Vila, mais precisamente o Senhor António Joaquim Assunção, mostrou-nos restos de peças de barro que recolheu à superfície nos terrenos do sítio chamado SALGUEIRO.

De pronto uma equipa se deslocou ao Alto do Salgueiro, a meio caminho entre Freixo e Mós do Douro, onde o citado Senhor estava a fazer uma quinta com amendoal e vinha. Chamou-nos desde logo a atenção um grande (em extensão) afloramento de uma pedra esbranquiçada encaixada entre rochas xistosas. E o Senhor António arrematou de imediato: “esta é a chamada Pedra Branca do Salgueiro muito utilizada antigamente na nossa terra para construir Igrejas e palácios”.

Descemos do “Alto” até à ribeira e fomos recolhendo fragmentos de tégula ao longo do caminho. É que um ou dois anos antes havia ali estado uma máquina retroescavadora a reabrir um caminho que ligava Freixo às Mós. Daí uns vestígios ténues, em pleno caminho, de uma ou outra pedra de caboucos do que teria sido um edifício Romano.

No ano seguinte, mais precisamente em 1984, solicitamos ao então IPPC autorização para ali efectuarmos sondagens.

E assim no Verão, com jovens do OTL e voluntários do Agrupamento de Escuteiros de Pinhel, ali decorreram os primeiros trabalhos que puseram a descoberto alguns muros do que teria sido um edifício ocupado, provavelmente, entre os séculos I e IV d.C.

Só mais tarde ali se procedeu a uma campanha de escavações arqueológicas tendo sido

registadas outras estruturas (vid. desenhos incluídos no presente trabalho). Apesar de não termos ainda dados precisos sobre as ocupações e utilidade de cada um dos compartimentos, adiantamos como hipótese de ali se ter alojado uma família de canteiros e, ou, pedreiros, que mediante as encomendas de gente abastada da região, ali cortavam os blocos de “aplito” e, a pico e cinzel, talhavam e lavravam com labores e enfeites pedras que depois eram aplicadas em decoração de edifícios de villae e vici desta parte do Império.

A presença de uma lagareta para produção de vinho, em xisto, poderá querer dizer-nos que, numa economia de subsistência, com períodos de tempo disponíveis, a família ali alojada dedicava-se também à agricultura.

Esperam-se apoios para a investigação a fim de ali serem continuados os urgentes estudos arqueológicos não só na provável Villa como também na zona do afloramento de aplito onde são visíveis os cortes e as escombreyas.

A exploração dos recursos naturais

Da obra “Portugal Romano – a Exploração dos Recursos Naturais” editado pelo Museu Nacional de Arqueologia do capítulo “Rochas e Minerais” extraímos alguns dados de um trabalho de Fernando C.S Real. Diz o mesmo investigador: “O conhecimento mais generalizado que temos relativamente à exploração mineira da época romano em território português, está geralmente associado à extracção e aproveitamento dos recursos minerais metálicos, tais como o ouro, o ferro, o cobre, o chumbo e o estanho. Existem contudo outros minerais e rochas como ardósias, argilas, arenitos, alabastro, basaltos, calcários, caulinos, granitos, mármore, pórfiros,

*

Director do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão (Museu da RPM); Licenciado em História; Mestre em Arqueologia Pré-Histórica; Doutorando em Arqueologia Romana com a dissertação “A Romanização do Baixo Côa”.

sienitos e xistos, que estiveram na origem de outras indústrias extractivas cujo valor económico não pode menosprezar-se e são os materiais que mais nos aparecem quando da investigação de um sítio romano. (...) tal como a produção de cerâmica, a extracção e o aproveitamento de rochas na Lusitânia e na Galaecia serviram mais ao enriquecimento regional do que à capital do Estado Romano.”

Aqui, no lugar do Salgueiro (Salgueiro 1) foi feita a extracção do “aplitto” durante o Império Romano. Nos séculos XVII e XVIII (e ainda no século XIX) a umas centenas de metros deste local, fomos encontrar o que denominamos de Salgueiro 2 com bastantes vestígios de corte e extracção de blocos daquela rocha esbranquiçada e de textura mole, blocos esses que foram utilizados nos séculos XVII, XVIII e inícios do XIX em palácios, Igrejas e Capelas em Freixo de Numão, Mós do Douro, Santo Amaro e Vila Nova de Foz Côa.

Como era feita a extracção?

“A extracção fazia-se com martelos, maços, picos e picaretas, cunhas de madeira ou de ferro, cortando blocos em paralelepípedos e aproveitando as descontinuidades da rocha, isto é, as linhas de separação das camadas estratigráficas nos calcários e nos mármore ou os planos de xistosidade nas ardósias. O trabalho de fracturação da rocha aproveitava também as diáclases, as fissuras naturais abertas nas rochas mais duras ou as aberturas feitas pelo homem para introduzir as ferramentas de corte. Aí eram introduzidas à força as cunhas, em geral, de madeira seca que, depois de colocadas eram continuamente molhadas. Por capilaridade, a água espalhava-se pelas células da madeira, fazendo-a inchar. A pressão que exercia sobre a rocha obrigava-a a destacar-se em blocos segundo as linhas de descontinuidade, estratigrafia ou de fractura (natural ou provocada).”

Na tentativa de referenciar pedra de aplitto aplicada em construções noutros locais dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Meda, obtivemos registos sensacionais nas freguesias de Poço do Canto, anexas dos Cancelos e em Ranhados, com dezenas de edifícios onde esses blocos foram aplicados. Achando pouco viável que esses mesmos blocos fossem transportados a partir do Salgueiro, viemos posteriormente a referenciar um filão de “aplitto” junto à aldeia de Ranhados, também em zona onde são abundantes os vestígios de ocupação romana, que dista poucos quilómetros daquelas freguesias.





Fig. 2: Localização da villa romana e das pedreiras 1 e 2 do Salgueiro

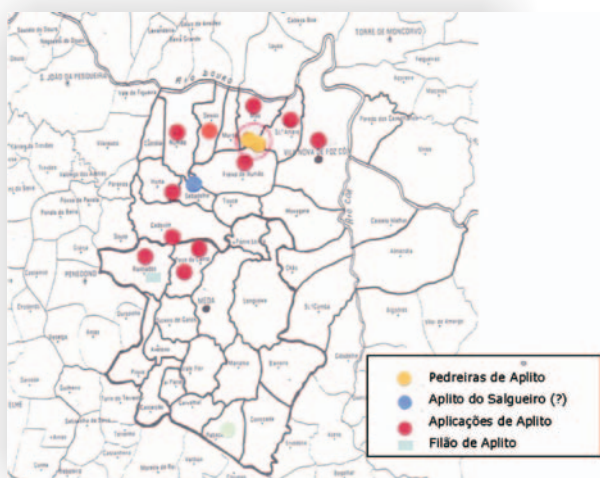


Fig. 3: Localização e aplicação de aplito nos concelhos de Foz Côa e Mêda

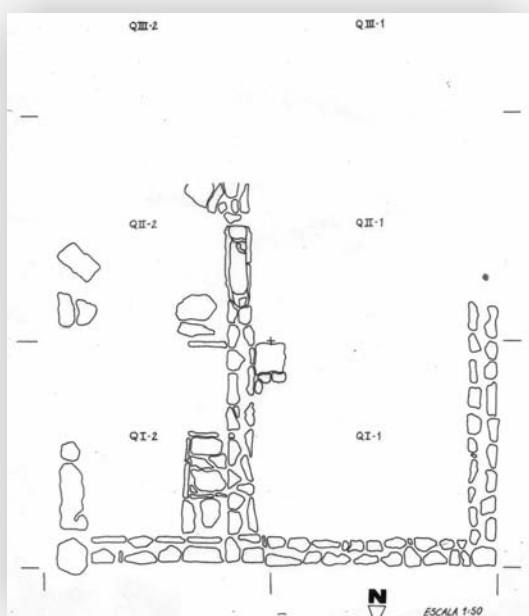


Fig. 4: Estruturas postas a descoberto no ano de 1983 na villa romana do Salgueiro

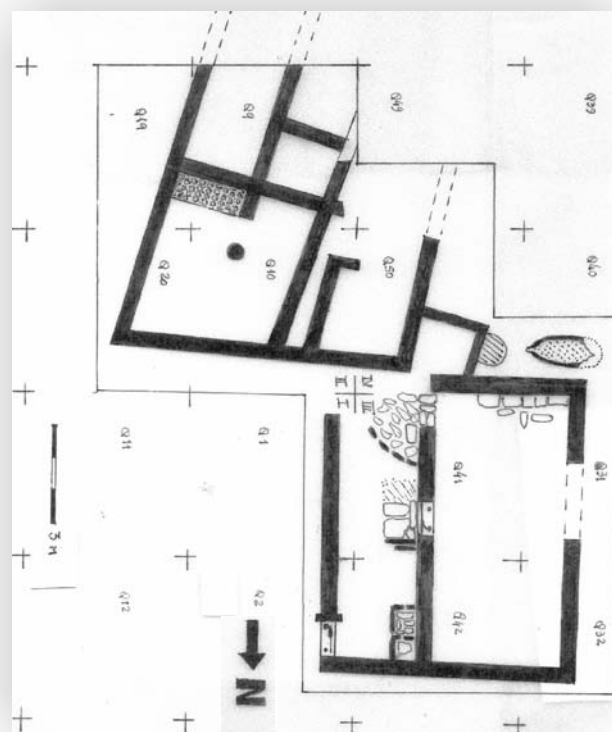


Fig. 5: Estruturas já postas a descoberto - ponto da situação em 2013



Fig. 6: Aspecto geral do sítio do Salgueiro



Fig. 7: Vista geral das ruínas da villa romana



Fig. 8: Estruturas da villa romana postas a descoberto



Fig. 9: Pormenor das estruturas postas a descoberto



Fig. 10: Lagareta em xisto posta a descoberto



Fig. 11: Soleira e tanque em xisto



Fig. 12: Área utilizada como pedreira na época romana



Fig. 13: Filão de aplito na zona do Salgueiro I



Fig. 14: Bloco de apito com vestígios de corte



Fig. 15: Bloco de apito com vestígios de pico de pedreiro



Fig. 16: Bloco de apito com sinais de "entalhes"



Fig. 17: Pormenor de aplicação de blocos de apito na torre da Igreja Matriz de Freixo de Numão



Fig. 18: Aplicação de apito na frontaria do solar da Casa Grande em Freixo de Numão



Fig. 19: Brasão da Casa Grande de Freixo de Numão - um exemplo de aplicação do aplito na arte barroca



Fig. 20- Janelão da Capela da Casa Grande de Freixo de Numão - um exemplo de aplito aplicado na arte rococó



Fig. 21: O aplito, um material de excelência na arte barroco-religiosa - Cruzeiro e Capela de Santo António em Vila Nova de Foz Côa



Fig. 22: Pormenor da antiga Igreja de Mós do Douro (actual cemitério) com cunhais e cornijas edificadas em aplito